

O curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (1968-1972): lutas sociais, pensamento crítico e reconhecimento acadêmico

Regina Bruno

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

regina_bruno@yahoo.com.br

A criação do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1968, insere-se em um momento de expansão das Ciências Sociais no Brasil, no qual se buscava, principalmente, compreender as peculiaridades da sociedade brasileira e obter reconhecimento institucional e científico dessa área. Retrata também um tempo pautado por lutas sociais e pelo fomento do pensamento crítico, como afirmou acertadamente César Barreira durante as comemorações dos cinquenta anos do curso.

Tive o privilégio de fazer parte, como aluna, da primeira turma de Ciências Sociais da UFC e gostaria de tecer algumas considerações sobre a minha experiência, mesmo correndo os inevitáveis riscos de idealizar o passado e de apresentar memória seletiva. Para começar, resgato de minha experiência a ideia de uma universidade concebida como lugar de se fazer amigos e amigas, como afirmou Paulo Freire.

“Não se trata de prédios, salas de aula, programas, horários e conceitos. Escola é, sobretudo, gente”, diz ele.

Ou seja, escola é encontro, é vida em grupo na qual os valores, as experiências e a concepção de mundo de cada um(a) estão presentes. De fato, nossa formação como cientistas sociais, nosso primeiro contato com paradigmas, escolas de pensamento e autores se deram em paralelo a amizades que adentraram tempo afora.

O segundo ponto é que hoje percebo que o curso de Ciências Sociais da UFC foi tributário da reflexão dos clássicos fundadores — Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber — mesmo quando tais pensadores não integravam a estrutura curricular. Como bem lembrou Ana Maria Roland, quando a indaguei sobre nossas leituras, Marx não necessariamente era tema de uma disciplina, mas estava presente nos debates em sala de aula e nos grupos de estudo extracurriculares informalmente formados por nós estudantes.

O curso ressaltava um pensamento que, apesar das diferenças de interpretações, tinha em comum a defesa de um referencial social inseparável do próprio indivíduo, que a criticava a transcendência e tinha “fé” na razão, na necessidade de intervenção na realidade e se preocupava com a construção de um método próprio.

De Durkheim, relembro nossa imensa dificuldade em pronunciar corretamente seu nome e de entender o conceito de fato social como “coisa”. Sobre Weber, recordo-me do debate sobre dominação tradicional, tão próxima à nossa realidade histórica.

Além disso, juntamente com a reflexão sobre os fundamentos do pensamento filosófico, havia uma preocupação com epistemologia e a metodologia da ciência — considerada, talvez, a menina dos olhos de nossos mestres e mestras. Não por acaso, o debate sobre qual o método das Ciências Sociais ocupou um lugar especial nos seminários

preparatórios de seleção e ingresso no curso.

Ainda como traço de nossa formação, era grande o empenho pela reflexão crítica. Ser estudante de Ciências Sociais significava lutar com afinco na construção de um pensamento crítico. Sempre que possível, éramos incentivados a nos afastar do pensamento *a priori*, a buscar a diversidade de interpretações e de perspectivas e a valorizar a dimensão histórica dos processos sociais, embora muitas vezes, devido à imensa desigualdade de nosso país, fosse difícil separarmos a reflexão crítica, que buscava ir à raiz dos problemas, como se costumava dizer, do discurso de denúncia.

A identificação entre Ciências Sociais e pensamento crítico é recorrente e fez parte do nascimento e da expansão das Ciências Sociais. Em seu artigo “Uma ciência que perturba”, Pierre Bourdieu afirma que “a Sociologia perturba porque revela coisas ocultas e às vezes reprimidas, como a correlação entre o sucesso escolar, que se costuma identificar com a ‘inteligência’, e a origem social, ou melhor, o capital cultural herdado da família”. E arremata: “se exigimos tanto a cientificidade da Sociologia é porque ela perturba e uma das formas de se livrar do que perturba é dizer que não são científicas, isto é, são suscitadas por interesse e paixão, portanto relativizáveis” (BOURDIEU, 1983, p. 17).

O questionamento da cientificidade das Ciências Sociais se expressava de várias formas. Vez por outra ouvíamos os seguintes argumentos: “sem as ilhas Trobiand (Nova Guiné), a Antropologia não existiria”; “sem a editora Zahar, a Sociologia não existiria”.

Nossa formação universitária não se restringia à sala de aula e à pesquisa de campo, disputava espaço com as leituras em grupos de estudos informais extracurriculares, adentrava nas passeatas contra a Ditadura Militar e nas manifestações de rua por um ensino de melhor

qualidade e se fazia presente nas atividades culturais.

Desencavando da memória alguns fatos, recordo-me do primeiro dia de aula. Após as apresentações de praxe da estrutura curricular e dos objetivos do curso, alguém me entregou uma cartolina onde estava escrito, em letras garrafais, “Fora Rockefeller. Contra o Acordo MEC/USAID” e disse: “Vamos pra rua! Vamos para a concentração”.

Para mim, um exemplo de aprendizado que amiúde retornava à sala de aula, na formulação de questões e de indagações.

Também em sala de aula cantamos com Petrucio Maia, frase por frase, “Alegria, Alegria”, de Caetano Veloso, conhecida como “caminhando contra o vento”. Petrucio era o nosso colega-poeta e motivo de orgulho, porque fora aprovado na Engenharia do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o ITA, mas optou por Ciências Sociais na UFC.

Se a memória não me falha, também debatemos em sala, com um de nossos mestres, o significado do imenso monólito que aparece no filme “2001: uma odisseia no espaço”, de Stanley Kubrick, em todos os momentos de mudanças da sociedade. Representaria civilização ou barbárie? Obviamente não recorriamos a tais palavras, contudo, era essa nossa indagação diante da estreita relação entre o monólito e as mudanças tecnológicas, entre o tacape jogado para o espaço e a moderna nave.

Às características gerais da conjuntura se somavam especificidades regionais, históricas e pessoais. Era particularmente forte o empenho pelo (re)conhecimento do curso, bem como a necessidade de explicitar a especificidade do objeto de estudo das Ciências Sociais. Nos primeiros anos, frequentemente, éramos instadas(os) a explicar a diferença entre Serviço Social e Ciências Sociais. Naquela época, eu não tinha claro, mas foi em meio a esse debate que comecei a entender as diferenças de significados entre social e sociológico.

Hoje percebo que o curso de Ciências Sociais da UFC exercia, na prática, a interdisciplinaridade, quando o padrão dominante era disciplinar. Talvez o que conformava nossos mestres e mestras como identidade e como grupo acadêmico era o encontro e a busca de diálogo entre campos complementares de reflexão em particular, a relação entre “indivíduo” e “sociedade” — conformadora da reflexão sociológica; entre “natureza” e “cultura” — eixo estruturante da Antropologia; e entre “Estado” e “poder” — objeto da Ciência Política. Estas três perspectivas encontravam-se ancoradas no pensamento filosófico, na preocupação com a reflexão epistemológica, com a Psicologia e com a perspectiva histórica.

Entretanto, como parte da reflexão sobre indivíduo e sociedade, inevitavelmente incorporávamos a dualidade da relação entre as duas instâncias. Posteriormente, relendo os clássicos, fui percebendo outras dimensões desse debate. Por exemplo, que o *Homo Sociologicus* se alternava entre primazia do indivíduo e primazia do social. Segundo Elisa Reis, na perspectiva de Durkheim, “a sociedade tem precedência lógica sobre o indivíduo” (REIS, 1989, p. 5). O ator sociológico seria alguém cuja consciência é informada, conformada e gerada pela sociedade, enquanto o suposto fundamental de Weber “é sempre o indivíduo dotado de volição que escolhe entre alternativas de ação circunscritas por condições histórico-estruturais particulares” (REIS, 1989, p. 10). Também segundo a autora, “o ‘homem durkheimiano’ e o ‘homem weberiano’ poderiam ser vistos como irmãos gêmeos nascidos do difícil casamento entre a paixão e a com-paixão, cujas identidades se afirmam por oposições recíprocas” (REIS, 1989, p. 10).

O empenho em superar a dicotomia entre indivíduo e sociedade caminhou *pari passu* com a expansão das Ciências Sociais (talvez não com a mesma centralidade da geração dos clássicos fundadores). E

isto se deu seja por meio do conceito de *habitus* (Bourdieu, 1989), seja pela reflexão sobre “identidade-nós” e “identidade-eu” (Elias, 1994). E quase sempre teve como pressuposto a relação existente entre necessidades individuais e exigências históricas.

Havia um grande incentivo à leitura. O estudante de Ciências Sociais quase sempre era representado com um livro na mão. Pertencemos a uma geração da leitura e fichamento do livro todo, o que não significa necessariamente uma maior compreensão dos pressupostos enunciados pelos autores, mas que nos permitia perceber o desenvolvimento lógico de suas ideias e pressupostos — um aprendizado que até hoje me orienta. E, se bem me lembro, sempre que possível éramos incentivados e procurávamos ler o autor por ele mesmo. Faltou-nos, contudo, aprofundar mais o contexto histórico no qual os autores estavam inseridos e melhor explorar as correntes de pensamento.

Nossas leituras eram bastante diversificadas: líamos bibliografia indicada nas ementas das disciplinas, as sugestões de professores e de colegas, os livros da leitura militante e as preciosas indicações do Joaquim, nosso livreiro e amigo querido.

À medida que a ditadura endurecia, temor e paixão pela leitura se complementavam. Escondíamos livros considerados perigosos para, no dia seguinte, o desencavarmos por não considerá-los tão perigosos assim ou por puro questionamento. Havia um troca-troca sem fim de livros, havia também uma disputa, saudável, sobre quem lia mais ou quem conseguia fazer o melhor fichamento temático, e o que me parece fundamental, líamos de tudo. Muitas vezes uma leitura dispersa, mas que nos abria horizontes e contribuía para nossa formação. Eduardo Diathay, mestre e professor, sempre nos incentivou. Recordo-me dele sentado no sofá de couro escuro da sala da direção, com um livro que havia acabado de comprar entreaberto na mão, argumentando co-

nosco sobre o quão é importante para formação também conhecermos os autores com cujo pensamento não nos identificámos.

Confundindo tempos, talvez, um dia fui presenteada com “A Organização Social dos Tupinambás”, de Florestan Fernandes. A partir de então, Florestan começou a fazer parte de minha vida de estudante e sua contribuição foi imensa. O modo como elaborou o conceito de organização social ensinou-me a conjugar teoria e empiria como dimensões complementares da reflexão e do pensamento científico. Diz ele:

“Quanto ao conceito de organização social adotado de fato na interpretação da sociedade Tupinambá, lembro ao leitor de que precisa ser suficientemente amplo e compreensivo, a ponto de permitir uma exploração tão extensa quanto profunda dos dados históricos disponíveis. (...) Encaro a organização social como o conjunto das atividades, de ações e de relações sociais dos seres humanos em condições determinadas”. Ou seja, “ações e relações sociais de caráter adaptativo ou integrativo, ordenadas em uma configuração social de vida” (FERNANDES, 1949, p. 19-20).

Ou seja, um conceito em diálogo com os dados históricos, visceralmente relacionado às situações de vida da população estudada e às possibilidades do pesquisador. Organização social entendida como atividade, ação e relação. Como “uma configuração social de vida”.

Em nossos debates e mesmo no dia a dia da vida universitária, algumas expressões alimentaram nossa identidade. Relembro particularmente de duas: “questão de valores” e “em nível de”. A primeira, indicando, talvez, um tempo de convicções; e a segunda, sinalizando a existência de perspectivas diferenciadas. Jean Paul Sartre caracterizava os anos 1960 como o tempo no qual a juventude havia decidido por em prática suas convicções. A crença de que era possível mudar o mundo!

Vivíamos um momento de grandes mobilizações estudantis e da juventude. As faixas e cartazes das manifestações de 1968 ressaltavam a importância de reivindicações ligadas às condições de ensino — um dos traços do movimento estudantil da época — como a luta por verbas, a defesa de uma universidade pública e gratuita, a questão dos excedentes, melhores condições de trabalho, formação profissional de qualidade, democracia interna das universidades e maior participação dos estudantes nas instâncias de decisão.

Dentre as lutas consideradas específicas, faixas, cartazes e palavras de ordem reivindicavam a modernização dos equipamentos de ensino e pesquisa, mais bibliotecas, restaurantes, laboratórios e salas de estudo, auxílio aos estudantes pobres, critérios de avaliação mais eficazes etc. (REIS FILHO e MORAES, 1998). De uma perspectiva mais abrangente, as passeatas se posicionavam contra o arrocho salarial, pela liberdade sindical, o povo no poder, não ao imperialismo e abaixo a Ditadura Militar. Tais manifestações, mobilizações e reivindicações, hoje objeto de estudo, não podiam ser ignoradas. Para Florestan Fernandes, foi o Movimento pelas Reformas de Base que preparou o patamar intelectual e político das manifestações de massa que se ergueram para derrubar a ditadura (D'INCAO, 1987, p. 114-115)

Vivíamos igualmente um período cultural muito rico e expressivo, voltado para a tentativa de romper com valores considerados arcaicos, tradicionais e, autoritários. “É proibido proibir”, eis o mote da juventude de 1968. Acompanhávamos de longe os Festivais da Canção e em sala de aula nos posicionávamos entre “A Banda”, de Chico Buarque, e “Disparada”, de Geraldo Vandré. Assistimos “Roda Viva” e “Galileu, Galilei” quando da passagem em Fortaleza do Grupo Teatro Oficina, de José Celso Martinez.

“Galileu, Galilei” marcou-me particularmente por mostrar as interdições e tensões existentes entre Ciência e Poder dominante: mesmo aquela estrela mais distante ameaça os poderes instituídos, dizia Galileu (1564-1642), físico, matemático, astrônomo e filósofo florentino, quando obrigado a negar sua teoria diante do Tribunal do Santo Ofício.

Com o Ato Institucional 5 (AI-5) intensificou-se a repressão e com ela as prisões, a tortura, e a violência física e simbólica. A repressão da Ditadura atingiu-nos todos, familiares, amigos(as), universidade e sociedade. Atingiu particularmente o movimento estudantil e suas lideranças. Atingiu também, de um modo particularmente violento, os trabalhadores rurais organizados nas Ligas Camponesas¹. A repressão impôs limites à reflexão, procurou burocratizar o ensino universitário, estabeleceu interdições, incentivou o medo, cultivou a intimidação, o controle, a vigilância, a desconfiança no outro e instituiu a delação — um dos mais eficazes instrumentos de poder.

Juntamente com a perseguição e a prisão de professores e alunos, fazia parte da repressão da Ditadura a instalação do curso de Ciências Sociais na Avenida Rio Branco, Centro da cidade, propositadamente isolado e distante do campus universitário, a presença da Polícia Federal controlando tudo, desde as ementas das disciplinas, passando pelo registro das atividades de alguns professores e de alunos(as) até a intrusão nas relações afetivas. Além disso, havia uma lista com os nomes dos prováveis, interrogatórios e prisões. Também havia a obrigatoriedade de cursar a disciplina Estudo dos Problemas Brasileiros

1. Posteriormente durante uma pesquisa que realizei nos arquivos da Biblioteca Nacional sobre “O Governo Castelo Branco e o Estatuto da Terra” (Dotação AN-POCS) fui orientada por Leonilde Medeiros, colega do CPDA a buscar nas páginas policiais da grande imprensa, os registros de “morte” de trabalhadores rurais e de camponeses.

(EPB), mais conhecida como “meu Brasil, eu te amo”, em alusão à música utilizada pela ditadura no começo dos anos 1970. Ainda, fazia parte da repressão considerar indistintamente estudantes e professores do curso de Ciências Sociais “perigosos” e “subversivos”. Conceitos e noções como “comunidade”, “sociedade”, “estratificação social”, “estrutura social”, “organização social”, “relações de trabalho”, “cultura”, “instituições políticas”, “poder” e “mudança social” eram igualmente considerados perigosos e subversivos.

Ou seja, consciente ou inconscientemente, naquela conjuntura, a opção de cada um (a) de nós de cursar ou ensinar Ciências Sociais e não desistir diante de tanta pressão, transformou-se em ato de resistência. Uma resistência teimosa, cotidiana, muitas vezes imperceptível (SCOTT, 2002) que vinha a se somar uma resistência maior de inúmeras pessoas, movimentos e grupos sociais.

Se para alguns colegas das Ciências Sociais, o divisor de águas foi a participação no movimento estudantil, para mim, seguramente, o divisor foi a pesquisa de campo. Ela me possibilitou olhar de outra perspectiva os ensinamentos de sala de aula e minha trajetória de vida. Em meio à preparação do campo e no contato com as pessoas entrevistadas, percebi a complexidade da desigualdade social e da natureza das relações de poder.

Certo dia, durante uma entrevista para a pesquisa sobre “Os efeitos da seca na comercialização dos produtos agropecuários” (SUDENE/SUDEDEC/UFC), um trabalhador rural das Frentes de Trabalho² criadas

2. Os barracos das Frentes de Trabalho, organizados em fileiras, eram estratificados de acordo com menor ou maior condição de trabalho. Na primeira fileira, margeando a estrada e de fácil acesso ao caminhão pipa, ficavam os jovens trabalhadores solteiros e os apontadores, ou seja, os que conseguiam escrever. Na segunda fileira, os casais sem filhos. Na terceira fileira os casais com filhos, as mulheres solteiras e os idosos e, finalmente, na última fileira, os doentes e os incapacitados para o trabalho.

pelos órgãos públicos nos momentos de estiagem e de seca olha para mim e diz: “Menina, se eu amarrar você o dia todo naquele mourão debaixo do sol mesmo assim você não vai suar igual a gente”. A partir daquele momento o rural transformou-se para mim em objeto de estudo e posteriormente de apoio à formação dos movimentos sociais de luta pela terra e por direitos.

Doutra feita, estava eu entrevistando um varredor de rua da prefeitura de Aquiraz (CE) para uma pesquisa da *HidroService*, quando passa meu pai dirigindo sua camionete Chevrolet azul rumo à praia do Iguape, justo no momento em que eu perguntava ao varredor “o senhor poderia nos dizer qual a diferença entre o rico e o pobre?”

Ele prontamente respondeu: “olha, dona, rico é aquele homem naquela camionete cheia de comida e de gente; pobre sou eu, com minha vassoura”. Fechei meu caderno de campo, desliguei o gravador, peguei o ônibus para Fortaleza e fui-me embora. A partir de então, comecei a entender um dos principais pressupostos das Ciências Sociais: você é pessoa na relação que estabelece consigo mesma, com o outro e com a natureza.

A pesquisa de campo, de uma riqueza ímpar, em grande medida possibilitou-nos novas indagações. “Ir a campo vira a gente de ponta-cabeça”, declarou um dia nossa mestra ao retornar de uma pesquisa em Canoa Quebrada (CE). A pesquisa de campo permitiu, por exemplo, que desconfiássemos da tendência já vigente de despersonalização dos processos sociais que interpelava o mercado e o Estado como se fossem sujeitos com vontade própria. Ancorados(as) na experiência de campo, buscávamos resgatar os atores sociais — pescadores, parceiros, meeiros, moradores, trabalhadores rurais, camponeses, grandes proprietários de terra, latifundiários e retirantes da seca, dentre outros — procurando entender a natureza das relações sociais exis-

tentes e suas implicações econômicas, sociais, políticas.

Percebemos também que por maior que seja o rigor analítico e científico, a atividade de pesquisa também erra, possui impasses e contradições, a maioria advinda da dificuldade do(a) pesquisador(a) colocar-se no lugar do outro, respeitar cultura e racionalidade. E os entrevistados percebem e, quando podem, reagem. Há uma resistência muitas vezes não percebida pelo pesquisador.

Aprendíamos muito uns com os outros, colegas, professores(as), funcionários(as) e amigos(as). Era grande a minha admiração pela garra de colegas que, em meio a dificuldades pessoais de toda sorte e diante de uma conjuntura tão adversa, conseguiam transformar suas experiências de vida em objeto de reflexão, de construção do pensamento crítico e de militância política. Se não me falha a memória, a força da religião no município de Crateús, município no sertão cearense e o sequestro da santa³ ou o mandonismo e conservadorismo dos latifundiários da região de Jaguaribe (CE) foram discutidos em sala de aula.

Também havia discordâncias, tensões, conflitos, ciúmes, vaidades, impasses, medos, divergências políticas e ideológicas e malquereres, obviamente. Contudo, na minha memória, em nenhum momento tais tensões levaram à quebra das sociabilidades e ao esgarçamento das relações existentes entre nós.

Novas praias, novos cerrados

Concluída a graduação em 1972 e com o incentivo do corpo docente, teve início a busca por “novas praias e novos cerrados”, com o

3. Em 1953 os fiéis de Crateús impediram que a imagem de Nossa Senhora de Fátima, que viera de Portugal para circular nas dioceses brasileiras, deixasse a cidade até que todos a venerassem de perto. g1.globo.com

objetivo de cursar o mestrado ou uma especialização e dar continuidade à nossa formação, como bem lembrou o amigo César Barreira, sempre agregador e particularmente empenhado em entender “trilhas e atalhos do poder”.

Sozinhos(as) ou em pequenos grupos optamos por seguir em frente, mas tendo sempre em aberto a perspectiva do retorno. Muitos de nós, por diversos motivos, sobretudo políticos, não conseguiram sair nessa primeira leva, mas assim que foi possível também “pegaram a estrada”. Quem permaneceu, lutou, em meio a uma conjuntura particularmente difícil, sufocante e repressora, pelo fortalecimento acadêmico e institucional do curso e pela legitimidade científica das Ciências Sociais.

Levávamos na bagagem de retirantes nordestinos os primeiros fundamentos de nossa formação como cientistas sociais, as experiências das pesquisas de campo e os ganhos pela oportunidade de ter vivido um momento político e cultural tão rico, apesar da repressão e da Ditadura, além da vontade de aprender e conhecer novos horizontes.

Revisitando nossas dissertações de Mestrado, percebo quão instigantes e diversificados eram os temas e as problemáticas de estudo que levávamos na bagagem. Arriscando não conseguir resgatar toda essa diversidade, destaco três principais campos de reflexão:

- Estudos sobre a dinâmica das relações de trabalho no campo, violência e conflitos sociais, relações de poder, política agrícola e questão agrária, cujos objetos empíricos estavam voltados para a compreensão da região Nordeste, mas em busca de uma explicação e fundamentação mais abrangentes;

- Estudos sobre cultura, arte, literatura brasileira, comunicação e identidade, cotidiano;

- Estudos sobre movimento operário e sindical, nacionalismo, re-

apresentação política e democracia.

Além disso, havia a preocupação de pensar a América Latina ou refletir outras problemáticas, como o jogo do bicho.

Fomos bem recebidos, acolhidos e reconhecidos por centros universitários no Brasil e no exterior, docentes e colegas e tivemos como orientadores pessoas como Bárbara Freitag, Jean Duvignaud, Manuel Correia de Andrade, Mauricio Vinhas de Queiroz, Maria Isaura Pereira de Queiroz, recentemente falecida, Roberto Cardoso de Oliveira, Rosilene Alvim, Vilma Figueiredo, dentre outros, embora em alguns momentos tenhamos experimentado a força do preconceito contra o Nordeste e os nordestinos e aprendido a lidar com o preconceito linguístico, que transforma diferenças em desigualdades. O riso dissimulado diante do sotaque e a tentativa de imitação do modo “cantado” de falar ou a sugestão para pronunciarmos “corretamente” são relações de poder em vez de relações de poder ou a “constatação” de que você, nordestino, tem um raciocínio “confuso”. Ou seja, a região, o sotaque, uma racionalidade diferenciada na contracorrente das regras da distinção do *homo academicus*.

Atualmente, o preconceito se faz presente contra os estudantes da rede pública do estado do Ceará, que se tornaram referência internacional em Matemática. “Cabeça-chata bom em matemática? Impossível”, ouvi de alguém, como se o sotaque e a cabeça-chata nos impedissem de pensar e aprender.

Levávamos também na bagagem nossas convicções e utopias.

Considerações Finais

Hoje se descortina um novo momento de reflexão e de expansão das Ciências Sociais no Brasil. Novos horizontes e perspectivas teó-

ricas despontam. Há uma multiplicidade de novos temas que mobilizam o debate nas Ciências Sociais, alguns redimensionando as próprias fronteiras e os campos do conhecimento, como a política de cotas e o decolonialismo.

A política de cotas para negros e indígenas demanda uma reflexão metodológica e epistemológica sobre as relações “indivíduo” e “sociedade”; “natureza” e “cultura”; “política” e “poder”. Essas pessoas, nosso objeto de estudo, estão cada vez mais presentes em sala de aula, querem falar de si, de suas experiências e de seus saberes. Então como pensar o pressuposto do distanciamento para com o objeto de estudo?

O decolonialismo, por sua vez, abre a possibilidade de instituição de novas formas de construção do conhecimento, descoladas da referência eurocidental, o que nos leva a mais uma vez refletir questões como objetividade *versus* subjetividade da ciência. Não significa desconsiderar os clássicos, mas abrir portas para um momento de revisão e de reparação. Quem são os que ficaram de fora?

Há também a preocupação em revisitar as tradições epistemológicas que influenciaram a constituição das Ciências Sociais, repensar as possibilidades teóricas relativas a formas de ação coletiva, entender o fenômeno da judicialização e da transnacionalização dos movimentos sociais, dentre outros. Por sua vez, nunca se interpelou tanto a Ciência para legitimar ou deslegitimar tomadas de posição, leituras e interpretações sobre processos sociais. O tema da transgenia é um bom exemplo e traz para o debate questões como a relação entre ciência e progresso técnico, a neutralidade científica, a importância da ética, o problema do controle social e político e o direito ao conhecimento sobre possíveis riscos.

Ainda permanece a tensão entre o olhar disciplinar e a abordagem multidisciplinar. As novas possibilidades vêm se somar aos velhos

impasses históricos, muitos deles sequer ressignificados ou reinventados, porque trazem consigo seus mortos, evocam os espíritos do passado, suas palavras de ordem, seus costumes, como dizia Marx no “18 Brumário de Luiz Bonaparte”, e interpelam velhas utopias, suas adversárias. “Uma sociedade moderna na superfície e rústica nas suas profundezas”, disse Florestan Fernandes durante seminário realizado pela UNESP em sua homenagem. (D’INCAO, 1987, p. 314)

Alguns estudiosos estão particularmente preocupados com o perfil jornalístico das dissertações, teses e trabalhos acadêmicos na área das Ciências Sociais (REIS, *et. al*, 1997). A mim, preocupa-me ver o pensamento científico e a universidade aprisionados a uma burocracia sem rosto. Professores, alunos e servidores imersos na feitura de relatórios, *curriculum Lattes*, SIGAAs, Sigepes, Cipacs, Plataforma Supupira. Ao discorrer sobre os anos 1960, Paulo Elpídio Menezes, nosso professor e ex-reitor da UFC, chama a atenção para o papel do aparelho burocrático como instrumento de controle das universidades. Diz ele:

A burocracia é escrava das práticas consagradas, cumpre ordens, segue as normas, cria-as e as aperfeiçoa, no intuito de tornar mais rígidos os controles cuja execução lhe cabe cumprir. E justificar, assim, a sua missão e fortalecer a sua autoridade. (...) A burocracia tem o condão de amoldar-se com lealdade a qualquer mudança na condução das coisas do Estado (MENEZES NETO, 2018, p. 36).

E as Ciências Sociais continuaram perturbando ao longo das últimas décadas. Na Universidade de Brasília (UnB), durante os anos 1970, vários professores da área foram convocados pelo então reitor, capitão-de-mar-e-guerra, a comparecer em seu gabinete a fim de justificar as razões da presença, em suas ementas curriculares, de autores considerados perigosos. “Por que Marx?”, indagava. Por que exatamente a leitura do capítulo sobre a luta pela redução da jornada de

trabalho? Nos anos 1980, em alguns centros universitários, com a transição, renovava-se a desconfiança sobre pesquisas e disciplinas que buscavam entender aspectos dos conflitos por terra e a multiplicação dos movimentos sociais no campo.

Atualmente, antropólogos e elaboradores de laudos antropológicos etnográficos são intimados a depor.

Enfim, nossa formação como cientistas sociais é indissociável do viver em sociedade.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Ed. 1983

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Difel, Lisboa: Difusão Editorial do Livro, 1989

BRUNO, Regina. A atualidade de Florestan Fernandes. O entrelaçamento entre o arcaico e o moderno como traço constitutivo da sociedade brasileira. In: Elisa Guaraná de Castro (org.) et. al. *Vozes de Nossa América. Cultura, política e pensamento crítico — América Latina e Caribe*. Seropédica (RJ): Ed. da UFRRJ, 2010 p. 205-214.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70. 2008

_____. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

FERNANDES, Florestan. *Organização Social dos Tupinambá*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A (Coleção Trópico, 1) 1949.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência: 2018.

MENEZES NETO, Paulo Elpídio de. *Exercícios indisciplinados sobre pro-*

pósitos imprudentes e temerárias intenções. A Universidade Federal do Ceará em tempos de riscos anunciados e prováveis incertezas. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil: nascimento e expansão. *Ciência & Trópico. Revista Científica da Diretoria de Pesquisas Sociais*. Dipes/Fundaj Fundação Joaquim Nabuco. Recife v. 20, n. 2, p. 387-

REIS, Elisa Pereira. "Reflexões sobre o *Homo Sociologicus*". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4 São Paulo p 23-33, 1989.

REIS, Elisa Pereira, REIS, Fabio Wanderley e VELHO, Gilberto. As Ciências Sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 12, ano 35 São Paulo, fev. 1997.

REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro de. 68: A paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n 01, jan./jun. 2002, p. 10-31.

Resumo:

O artigo tem como objetivo refletir sobre a minha experiência como aluna da primeira turma do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (1968-1972) que hoje completa cinquenta anos. Procuro ressaltar alguns traços, gerais e específicos, que marcaram a nossa geração, caracterizado como um tempo pautado por lutas sociais e pelo fomento do pensamento crítico, pelo empenho no reconhecimento institucional e a tentativa de entender as especificidades da sociedade brasileira. Dessa perspectiva, mesmo correndo os inevitáveis riscos de idealizar o passado, chamo a atenção para os seguintes aspectos: a ideia de uma universidade concebida como lugar de se fazer amigos(as), o peso da reflexão dos clássicos fundadores das Ciências Sociais- Marx, Weber e Durkheim mesmo quando tais pensadores não integravam a estrutura curricular. Uma formação universitária que não se restringia à sala de aula e à pesquisa de campo, disputava espaço com as leituras em grupos de estudos informais extracurriculares, adentrava nas passeatas contra a ditadura militar e nas manifestações de rua por um ensino de melhor qualidade e se fazia presente nas atividades culturais. Chamo também a atenção para o incentivo à leitura e à pesquisa de campo, possibilitando-nos novas indagações, a busca por “novas praias e novos cerrados”, com o objetivo de cursar o mestrado ou uma especialização e dar continuidade à nossa formação, Enfim, uma formação indissociável do viver em sociedade em meio a uma conjuntura na qual cursar ou ensinar Ciências Sociais era considerado um ato perigoso e subversivo.

Palavras-chave: ciências sociais; ditadura militar; pensamento crítico; movimento estudantil.

Abstract:

The article aims to reflect on my experience as a student of the first class of the Federal University of Ceará's Course of Social Sciences (1968-1972), that today is fifty years old. I would like to highlight some general and specific traits that marked our generation, characterized by social struggles and the promotion of critical thinking, the commitment to institutional recognition and the attempt to understand the specificities of Brazilian society. From this perspective, despite the inevitable risks of idealizing the past, I call attention to the following: the idea of a university conceived as a place of friendship, the weight of the reflection of the classic founders of the Social Sciences (Marx, Weber and Durkheim), even when such thinkers were not part of the curricular structure. It was a university education that was not restricted to the classroom and to the field research. It disputed space with readings in groups of informal studies and extracurricular activities, participated in demonstrations against the military dictatorship and in support of higher education and was present in cultural activities. I also draw attention to the encouragement of reading and field research, enabling us to new inquiries, the search for "new beaches and new enclosures", with the objective of studying the master's degree or a specialization and give continuity to our training. In short, an inseparable formation of living in society in the midst of an environment in which attending or teaching Social Sciences was considered a dangerous and subversive act.

Keywords: social sciences; military dictatorship; critical thinking; student movement.

Recebido para publicação em 13/02/2019.

Aceito em 22/02/2019.